



## **RESOLUÇÃO DO SECRETARIADO NACIONAL**

**26 de maio de 2022**

### **VALORIZAR A CONCERTAÇÃO SOCIAL.**

### **DIGNIFICAR O TRABALHO. POR AUMENTOS REAIS DOS SALÁRIOS E DOS RENDIMENTOS.**

O início desta nova legislatura foi marcado, em sede de concertação social, pelo retomar das discussões em torno de duas matérias absolutamente centrais para os trabalhadores: a Agenda do Trabalho Digno e um possível Acordo sobre Rendimentos.

A discussão da chamada “Agenda do Trabalho Digno e de Valorização dos Jovens no Mercado de Trabalho” conhece o fim de um ciclo, com a apresentação de 3 novas propostas na reunião realizada a 11 de maio passado e com o encerramento do processo na reunião de ontem, dia 25 de maio.

As 3 novas propostas – aumento das compensações por cessação de contrato a termo, reposição dos valores de pagamento do trabalho suplementar acima das 120 horas e reforço do papel da arbitragem necessária na prevenção de vazios negociais – foram objeto de apreciação da UGT enviada ao Governo.

Um pouco como o balanço que realizamos de todo o processo, a UGT considera que são propostas globalmente positivas, mas que podem ainda ser objeto de aprofundamento e aperfeiçoamento.

No quadro desta Agenda, a UGT sempre afirmou que se poderia ir mais longe no combate à precariedade excessiva em todas as suas formas, que se poderia melhorar a presunção de laboralidade para um conjunto maior de novos trabalhadores, que se deveria ser mais responsabilizador dos novos empregadores (como as plataformas digitais) e que se poderia aprofundar o alargamento da cobertura da negociação coletiva a novos trabalhadores, mesmo no quadro dos outsourcings.

Mas, reconhecemos ainda assim o potencial para avanços significativos nas propostas desta Agenda, inclusivamente nas matérias em que apontámos a necessidade de aperfeiçoamentos, com passos relevantes para adequar a utilização do trabalho temporário, para reforçar os direitos de parentalidade, potenciando uma melhor conciliação, para alargar os mínimos de proteção legal ou para tentar evitar os vazios na negociação coletiva.

E, nesse quadro, devemos saudar o Governo pela coerência da sua posição ao manter as propostas, quando muitos afirmavam que as mesmas existiam apenas em virtude das exigências políticas da anterior legislatura.

A possibilidade de um acordo era o que gostaríamos de trazer a este Secretariado Nacional para votação.

Mas, após meses de discussão e mesmo com várias cedências do Governo, incluindo nesta fase final do processo negocial (recuando em matérias como a manutenção dos poderes excecionais da ACT em matéria de despedimento, o reforço da presunção de laboralidade e o alargamento dos casos de responsabilidade solidária; aceitando discutir o sistema de compensação do trabalho, a suspensão da sobrevigência; adiando o aumento do valor do trabalho suplementar, que passa absurdamente para as discussões do Acordo de Rendimentos), os padrões mantiveram-se indefetíveis nas suas posições iniciais.

Lamentamos que este processo negocial tenha tido o desfecho há muito previsível, com as confederações patronais a revelarem novamente a sua reduzida capacidade para atingir consensos, exceto quando os ventos negociais lhes são indubitavelmente favoráveis.

Para valorizar a concertação social não bastam palavras e esta foi, claramente, uma oportunidade perdida para dar um sinal importante ao País e aos Trabalhadores.

A UGT continuará a apoiar na generalidade as propostas da Agenda do Trabalho Digno, mas não abdicará de, em sede parlamentar, lutar pela sua melhoria, em linha com as propostas que apresentámos.

Mais, a UGT continuará a defender que a Agenda do Trabalho Digno não se encerrou ontem nem se encerrará com a aprovação de um qualquer texto legislativo na Assembleia da República.

Este é um tema que exigiremos que não caia da agenda da CPCS, com novas medidas e novas propostas, que em muito ultrapassam as alterações à legislação laboral, para reforçar direitos e garantir uma efetiva proteção para um cada vez maior número de trabalhadores.

E, naturalmente, fá-lo-emos no quadro da nova discussão que se retoma agora, após uma interrupção já excessivamente longa, e que é absolutamente central para a dignificação do trabalho no nosso País: a da valorização dos salários e rendimentos do trabalho.

A UGT estará sempre na linha da frente na exigência de medidas que respondam às necessidades reais dos trabalhadores.

Respostas para o momento imediato, face à perda generalizada do poder de compra, que apenas tende a agravar-se.

Com medidas que respondam não só às empresas, como foi já o caso do diferimento de obrigações fiscais e contributivas, mas que criem também mais rendimento disponível para os trabalhadores.

Com medidas que não se limitem a mitigar os efeitos da inflação para as empresas, mas controlem a formação dos preços e supervisionem a sua aplicação, de forma que os trabalhadores não continuem a pagar mais e mais.

Com medidas que garantam a correção presente e futura da perda ou redução do poder de compra já verificadas, incluindo ao nível do salário mínimo.

Com medidas que impulsionem a negociação coletiva que promova aumentos salariais reais.

E a UGT recorda que existe almofada financeira para tais medidas, nomeadamente por via do aumento de receita fiscal que advém do aumento de preços. Esse aumento tem de ser canalizado para respostas aos trabalhadores portugueses!

Mais, devemos denunciar, desde já, a incongruência que se vive no discurso político e que pode agravar mais ainda a situação de milhões de trabalhadores europeus.

Não podemos exigir prudência salarial para não causar pressão inflacionista, acreditando-se que a inflação é temporária e esquecendo que se compromete o crescimento da economia, para depois, do lado da política monetária e como vem já referindo o BCE, preparar a subida de taxas de juro para reagir a essa mesma inflação.

E, na discussão de um Acordo de Rendimentos, que se iniciará com um grupo de trabalho tripartido proposto pelo Governo, devemos reiterar que este deve ser, antes de mais, um acordo que tenha como prioridade a valorização dos salários e dos demais rendimentos do trabalho.

A UGT aceita discutir os problemas da produtividade e da competitividade da nossa economia, como sempre o fez, reconhecendo a sua importância para o País, mas não esquecemos as décadas de aumento da produtividade sem o correspondente aumento dos salários, que o Governo bem reitera nos documentos que enquadram a discussão deste tema.

Para a UGT, o que deve resultar da discussão em sede de concertação social são compromissos claros no sentido de, por um lado, corrigir as acentuadas injustiças passadas na distribuição de rendimentos e, por outro, garantir no futuro aumentos reais de salários e rendimentos do trabalho que nos façam convergir com os nossos parceiros europeus.

Com medidas de incentivo à negociação coletiva; com o fim de uma política fiscal que continua a colocar (e de forma crescente) o grosso do peso dos impostos sobre os rendimentos do trabalho; com uma efetiva penalização das políticas de verdadeiro dumping salarial, de concorrência desleal e de injustificada disparidade entre altos e baixos salários.

A UGT espera que, nesta área fulcral para a dignificação do trabalho, o Governo, mas sobretudo as confederações patronais, cumpram com o verdadeiro espírito da concertação social.

A dignidade dos salários é parte essencial da concretização de uma verdadeira agenda do trabalho digno para os trabalhadores portugueses.

Esse é o objetivo da UGT. Esse deve ser o objetivo da concertação social e de Portugal.

**Lisboa, 26 de Maio de 2022**

**Aprovado por Unanimidade e Aclamação**

**O Secretariado Nacional da UGT**